

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

O lugar do MST no início do século XXI.

Camila Penna.

Cita:

Camila Penna (2009). *O lugar do MST no início do século XXI. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2213>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

O lugar do MST no início do século XXI

Camila Penna

Introdução

O trabalho discute a relação entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Estado brasileiro no período entre 2000 e 2005 com vistas a analisar como o processo de mudança para o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2003 levou a uma redefinição da auto-identificação do movimento no espectro político mais amplo. O MST foi o ator protagonista das ações de protesto no Brasil entre 2000 e 2005 (OSAL, 2006), dirigindo suas demandas principalmente ao Estado, uma vez que a reforma agrária é, constitucionalmente, prerrogativa da União. Uma vez que tem o Estado como seu principal interlocutor, pode-se dizer que tanto a identidade coletiva do MST como seus repertórios de protesto são constituídos a partir da interação com ele (Sigaud, 2005; Rosa, 2004). Justifica-se, portanto, um estudo da relação entre o movimento e os governos federais que ocuparam o Estado brasileiro entre 2000 e 2005 – o governo Fernando Henrique Cardoso no período de 2000 a 2002, e o governo Lula no período de 2003 a 2005 – para melhor compreender as configurações que tomaram o conflito no campo brasileiro no início do século XXI. Voltando-se para os aspectos cognitivos e de produção de sentido pelos próprios líderes do MST para a interação com o Estado, o trabalho analisa falas de coordenadores nacionais do MST emitidas em entrevistas orais realizadas pela autora. Destas falas foram identificados, utilizando-se a técnica de análise categorial (Bardin, 1977), os qualificadores utilizados pelos líderes para enquadrar: a) a relação do movimento com o Estado, b) suas ações de protesto, e c) o oponente central. Essa análise categorial permite observar o processo de redefinição nas formas de auto-representação em relação ao Estado no contexto da mudança para o governo Lula.

Identidade Coletiva e Repertórios de protesto

A discussão sobre ação coletiva do MST e sobre sua relação com o Estado brasileiro está fundamentada em uma concepção que toma a identidade coletiva dos movimentos sociais como categoria analítica fundamental para a compreensão de sua ação e objetivos. De acordo com Melucci a emergência de ações coletivas só é possível porque os agentes da ação são capazes de definir a si próprios e se situar em relação ao ambiente externo (outros atores, constrangimentos, oportunidades, obstáculos, recursos disponíveis). E isso implica em construir uma representação de um “nós”, o que pressupõe a definição de três orientações: uma relativa aos fins da ação (o seu significado), outra relativa aos meios a serem utilizados e a última relativa ao ambiente externo em que ela se situa (Melucci, 1996). As definições quanto a essas orientações se dão a partir de um processo de negociação, comunicação, tomada de decisões entre atores que se relacionam. Ao ser capaz de definir um “nós” a partir destas três orientações os atores podem criar uma identidade coletiva, que é “o processo interativo através do qual vários indivíduos ou grupos definem o significado de suas ações e o campo de oportunidades e constrangimentos para tais ações” (Melucci, 1996, p. 67).

O processo de formação da consciência de um “nós” está também diretamente ligado aos repertórios de ação. Estes são tanto resultados do processo de formação da identidade, como também conformam e re-afirmam a identidade da organização.

Repertório é “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e exercitadas mediante um processo de seleção relativamente deliberado” (Tilly *apud* Auyero, 2002, p.5). Ele têm caráter interativo, ou seja, emergem da relação entre atores coletivos e Estado, não podendo ser entendidos unicamente a partir de variáveis estruturais como o tipo de sistema político ou o tipo de regime, nem tampouco exclusivamente a partir de um “voluntarismo popular”. No caso do MST o repertório de ação coletiva por excelência é a ocupação de terras.

Outra categoria importante para analisar a ação do MST, bem como a relação com o Estado, é a de “oportunidades políticas”. Dentre as distintas definições propostas pela literatura para esta categoria pode-se destacar a referência ao grau de abertura do sistema político para a participação política dos movimentos sociais (Zald, 1996)¹. Mas a categoria “oportunidades

¹ Outras dimensões da oportunidade política destacadas pela literatura são: características das forças de policiamento (Della Porta, 1996) e características dos atores coletivos como, por exemplo, experiência organizativa anterior (Almeira, 2004).

políticas” não pode ser analisada separadamente da noção de *framing* ou enquadramento², pois para serem percebidos como oportunidades políticas, determinadas situações devem ser enquadradas como tais pelos atores coletivos. É apenas a partir da atribuição de significados para as condições objetivas e o ambiente externo (que conformam as oportunidades políticas) que ausências ou privações são definidas como carências e necessidades e que determinadas ações são consideradas como correspondentes ao interesse de uma coletividade (Sader, 1988). Nesse sentido são os enquadramentos que permitem a definição de oportunidades políticas como tais. O que significa que um aumento das oportunidades políticas, como no caso de uma crise política, por exemplo, pode encorajar mobilizações não por si próprio, mas sim devido ao encorajamento resultante de enquadramento que produz, no escopo desta crise, uma representação do Estado como ilegítimo e passível de ser mudado (McAdam, McCarthy e Zald, 1996).

Ação coletiva e MST na interação com o Estado

O conflito em torno da questão fundiária no Brasil tem como um de seus protagonistas centrais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que entre 2000 e 2005 levou a cabo 56,96% de todas as ocupações de terra realizadas no Brasil (CPT, 2006). A ocupação de terras é o principal repertório de ação coletiva utilizado pelo MST para demandar a realização de reforma agrária. Essa forma de ação cria uma situação de conflito, envolvendo o “proprietário” e as famílias que participaram da ocupação, chamando à necessidade imediata de reação do Estado (Rosa, 2002; Medeiros, 2004), que pode ser tanto de negação ou repressão, mediante sentença de reintegração de posse, como de aceleração do processo de desapropriação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

A conformação da ocupação de terras como repertório de ação coletiva estável e predominante (Tilly, 2006) não só do MST como também de outros atores do campo (Rosa, 2002) para demandar distribuição de terras se deu a partir do que Sigaud (2005) chama de construção de uma linguagem simbólica de comunicação entre movimento e Estado. Iniciando-se com a ocupação e o estabelecimento de um acampamento com características específicas, o MST é reconhecido como

² Frames são: “esquemas de interpretação que permitem aos indivíduos localizar, perceber, identificar e classificar ocorrências dentro de seu espaço de vida e do mundo como um todo” (Della Porta e Diani, 1999, p. 69)

interlocutor pelo Estado a partir do momento em que este acata a demanda do movimento através da providência de seu órgão responsável (INCRA). É a partir do reconhecimento pelo Estado que o MST se constitui como representante de camponeses em demanda pela reforma agrária. Por outro lado, a agenda de reforma agrária, processo constitucionalmente a cargo da União, é pautada pela ação dos movimentos do campo, e notadamente do MST (Silva e Fernandes, 2005; Sigaud, 2005). Elucidativo desta afirmação é o fato de que entre 1986 e 1997 nas regiões sul e sudeste e nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, do total de assentamentos realizados pelo Estado, 77% foram originados de ocupações (Silva e Fernandes, 2005).

Todavia, no período de 2000 a 2005 há uma variação tanto em termos das ações coletivas do MST como em termos da interação com os diferentes governos. Os anos de 2001 e 2002 registraram o menor número de ocupações de todo o período analisado (194 e 184 respectivamente)³. O que está relacionado a algumas políticas levadas a cabo pelo governo FHC em seus últimos anos e com o aumento crescente das ocupações ao longo da década de 90 – concomitante ao aumento no número de famílias assentadas.

Dentre estas políticas cabe ressaltar a adoção da Medida Provisória N° 2.138-56 em 2001 que determina juridicamente a ilegalidade da ocupação de terras e estabelece sanções para quem a levar a cabo:

O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações (Medida Provisória N° 2.138-56, Artigo 2, Parágrafo 6)

A adoção desta medida corresponde a uma delimitação jurídica do que consiste em uma forma de protesto legal ou ilegal. Ela é importante também para entender as alterações que se dão nas

³ Do número total de ocupações cabe apontar que o MST não é responsável, em 2001 por 42,26% e em 2002 por 53,26%.

formas de protesto utilizadas pelo MST a partir de então, como a ocupação de fragmentos às margens da estrada próxima à propriedade alvo ou de propriedades vizinhas.

Com o início do governo Lula em 2003 observa-se uma nova mudança no repertório de ação coletiva por excelência do MST. A mudança de governo é enquadrada como um aumento das oportunidades políticas e tem como efeito um aumento no número de ocupações. Com efeito, em 2004 é registrado o maior número de ocupações do período analisado (461, das quais 57,04% foram realizadas pelo MST). A seguir analisaremos como os líderes do MST enquadram a posição e a ação do movimento no contexto de mudança de governos com o propósito de identificar como foram representadas: a relação do movimento com o Estado, sua posição em um contexto político mais amplo, seu oponente e suas ações coletivas.

Representações e relações com o Estado

Para a análise das formas de enquadramento produzidas pelos líderes do MST foi utilizada a técnica de análise categorial (Bardin, 1977). Para tanto foram definidas, de forma dedutiva, quatro categorias a serem observadas nas falas dos líderes: i) qualificação da ação (forma pela qual representam a ação coletiva do movimento, notadamente as ocupações de terra); ii) auto-qualificação (auto-delimitação de sua posição no contexto mais amplo do campo social); iii) definição do oponente; iv) relação com o Estado. Os dados para a análise categorial foram coletados por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas com quatro lideranças do MST (dois coordenadores nacionais e dois regionais).

Após a codificação das entrevistas e análise de cada categoria pudemos chegar a algumas conclusões. No tocante à primeira categoria (qualificação da ação) foi possível observar que as ocupações de terra como repertórios de ação coletiva são reconstruídas como momentos mais marcantes da participação no movimento. Esse repertório de ação aparece também como elemento ativo no processo de “construção de um nós” (Melucci, 1996) no movimento. Em outras palavras, é elemento ativo da construção da identidade coletiva do MST:

A minha participação do movimento se dá justamente numa das principais formas de luta que continua muito atual que é a ocupação de terra. Em 91 quando eu participei da primeira ocupação de terra em Palmeiras no rio Grande do Sul, foi muito grande a ocupação. Foi de fato um momento muito importante, que marcou. Até porque a ocupação nós costumamos dizer que a ocupação é o momento do batismo. Quem participa de uma ocupação é batizado do ponto de vista simbólico da participação no movimento (Valdir Misnerovicz)⁴

No tocante à segunda categoria relativa à representação que os líderes fazem da posição do próprio movimento no contexto político e social mais amplo cabe destacar que as referências a esse tema incluíram, nos quatro relatos, a intervenção e o papel da grande mídia, representada como contrária ao movimento. Todos os entrevistados destacaram o papel dos meios de comunicação na construção de uma imagem negativa do movimento perante a sociedade:

Eu acho que aí entra um papel fundamental que a imprensa burguesa nesse país cumpre, né, ela faz parte do Estado brasileiro no sentido de criminalizar os movimentos, as pessoas e a pauta de reivindicação. Então, eles não dão notícias, eles fazem comentários pra demonizar as pessoas e os movimentos. Então, inicialmente claro que isso causa meio que um terrorismo na sociedade brasileira. Mas não são ações que causam. A imprensa causa o terrorismo. Então no início isso fica ruim (Marina dos Santos)⁵

No tocante à terceira categoria foi possível observar um deslocamento do oponente que deixa de ser exclusivamente o latifúndio e passa a englobar também o agronegócio.

Hoje quem está tomando as áreas para reforma agrária são as grandes empresas transnacionais. Então, voltamos a fazer protestos contra estas também. Não quer dizer que latifundiários não são alvo de protesto, também. Mas as empresas hoje são quem está mais pressionando, forçando

⁴ Entrevista realizada em Brasília (DF) dia 27/11/2008

⁵ Entrevista realizada em Brasília (DF) dia 3/12/2008

pra cima de nós. Então, nós estamos fazendo protestos contra estas empresas e que, daí tem saído lutas mais marcantes, saído também por parte do Estado a reação mais forte (Inês Rodrigues)⁶

O qual, por sua vez, é associado ao neoliberalismo e à política econômica adotada pelo governo FHC, em um primeiro momento. Nesse sentido a relação com o governo até 2002 é definida em termos de oposição uma vez que ele está localizado na fronteira do oponente.

Na última década, vamos dizer na década de 90... no início dessa, nos últimos 10 anos pra cá, a luta pela reforma agrária no campo, ela não enfrenta apenas o proprietário, o dono da terra, não enfrenta mais o latifundiário, porque... nos últimos anos, nos últimos 10 anos, nós poderíamos dizer, houve uma intervenção muito grande do capital financeiro no campo. Eles não querem mais só a terra, ou seja, há uma iniciativa do capital financeiro no sentido de privatizar os bem naturais (Marina dos Santos)

O que a gente faz enquanto movimento luta, protesta também contra este modelo neoliberal que o Estado conduz, nosso Estado brasileiro, ou seja, o governo conduz este modelo. Tudo o que nós fazemos também denuncia este modelo atrasado, arcaico. E de toda mazela que tem no país. A prova disso é o efeito estufa, o assoreamento do solo, o empobrecimento... do solo., desmata toda a área (João Luis Vieira de Souza)

Contudo, com a eleição de Lula o enquadramento do governo como parte do pólo de oposição perde o sentido que tinha no contexto do governo anterior, o que implica em uma redefinição dos limites identitários do MST, definidos também a partir da alteridade com o oponente. Em um primeiro momento a trajetória de Lula é referenciada pelos líderes do movimento para reafirmar o compromisso histórico do presidente e do partido com a bandeira da reforma agrária:

⁶ Entrevista realizada em Porto Alegre (RS) dia 5/9/2008

Nesse período, no início desse período em especial, havia a construção do Plano Nacional de Reforma Agrária. Que foi um elemento, assim, muito mobilizador. Porque havia um compromisso histórico, tanto do Partido dos Trabalhadores, como do presidente de que se eleitos fossem, a reforma agrária seria uma das grandes prioridades, enfim, que taria dentro das ações do próprio governo. Então, nesse período se iniciou uma construção que foi dos movimentos sociais, dos intelectuais, dos trabalhadores em geral, tanto do campo como da cidade não foi um movimento só do campo, de construção desse Plano Nacional da Reforma Agrária que previa o assentamento de 1 milhão de em um ano. Então, esse processo foi muito mobilizador e contou com uma forte expressão assim porque havia uma utopia, uma esperança. Então isso era uma coisa importante, nós achávamos que... resolvia uma porção dos problemas sociais de acesso à terra, de democratização, enfim, e também mexeria nessa estrutura que, historicamente, sempre concentradora, nociva, enfim. Então, essa expectativa fez com que milhões de trabalhadores sem-terra ocupassem as terras, organizassem acampamentos em beira de estrada, etc (Marina dos Santos)

Contudo, a partir do segundo ano de governo a representação da mudança de governo como uma marcada abertura de oportunidades dá lugar a representações com certo matiz de decepção, e não tanto de confirmação da posição do partido como aliado da reforma agrária:

Bom, o fato é que... o Plano Nacional de Reforma Agrária ele nem se concretizou na amplitude que se queria, de 1 milhão virou 500 e, depois, nas ações do governo nem 500, nem metas foram cumpridas. Ou seja, começou a ficar claro que a reforma agrária não será uma prioridade desse governo. Isso foi um elemento desmobilizador, né... porque já não se tinha mais aquela esperança, que houve no início, que milhões de famílias seriam assentadas, que milhões de pessoas teriam acesso à terra. Então isso, eu acho que foi gerando um quadro desmobilizador internamente, tanto dentro do MST, tanto dentro dos movimentos sociais do campo em geral (Marina dos Santos)

Houve uma diminuição do número de áreas desapropriadas, de famílias assentadas. Esse hoje é o grande limite. Por conta de vários motivos. Mas a principal delas é que o governo federal recuou do ponto de vista das ações de desapropriação de terras. Mas nós acreditamos que essas conquistas foram importantes para inclusive animar a base, para manter a discussão e a disposição de lutas. Apesar de não ser aquilo que havia se criado de expectativas com o governo e que houve uma decepção da base, mas nem por isso deixamos de lutar (Valdir Misnerovicz)

Mas a constatação da não priorização da reforma agrária no governo Lula foi enquadrada a partir de re-afirmação da diferença entre Estado e governo. E da qualificação do primeiro como uma estrutura historicamente contrária à reforma agrária, a despeito das ações do segundo. O Estado é identificado como causa da não realização de uma reforma agrária. Ao passo que o governo – ainda que favorável à realização da reforma agrária – é representado como um ator impotente diante da estrutura do Estado.

A estrutura fundiária não se altera justamente porque o Estado está organizado para defender essa atual estrutura. E sempre que os movimentos e as organizações lutam, se organizam e lutam de forma organizada, o Estado reage para defender essa estrutura. Então nos sofremos também essa ofensiva do Estado, em várias frentes: na repressão, na criminalização, na retirada de direitos, na dificuldade de avançar. Então é uma forma do Estado autorizar as forças conservadoras a agir e terão a proteção do Estado, então esse que na verdade tem sido o papel do Estado. Apesar de muitos casos nos termos governo que têm sido abertos ao diálogo. Mas o Estado não mudou, muda o governo mas o Estado continua aquele. Tu não consegue mudar o Estado na perspectiva que atenda aos interesses. Pelo contrário, cada vez vai criando mais empecilhos (Valdir Misnerovicz)

Não obstante essa representação do Estado como oponente, contrário aos interesses da reforma agrária e ao próprio MST, cabe observar que ele é o interlocutor do movimento por excelência. Com quem se negocia para a definição da agenda de assentamentos (Macedo, Rosa, Sigaud, 2008) e de quem a própria sobrevivência do movimento depende. O que em última instância fortalece o papel do Estado (Rosa, 2002):

Na verdade a gente sempre faz algum protesto para cobrar alguma coisa, no nosso caso, do Estado. Agora, Não existe possibilidade de negociação com o Estado sem haver protesto junto.(...) E todo povo que não tem onde trabalhar, que não tem o que comer, enfim, deve ir buscar sim. O Estado tem dar conta. Uma coisa é o Estado ter que dar conta. (Inês Rodrigues)

A representação de sua própria posição em relação ao Estado e aos governos é também parte constituinte da identidade do movimento. E nesse sentido cabe observar que a mudança de governo em 2003 foi um ponto de inflexão para o MST.

Conclusões

O trabalho buscou contribuir para o campo de estudos sobre movimentos sociais que trata de abordar a relação entre movimentos e governos. A análise nos permitiu concluir que não só as ações coletivas a nível material do MST são influenciadas pela relação com o Estado, como também o são as formulações a nível simbólico e as representações da realidade social feitas pelo movimento. Nesse sentido é elucidativa a análise do enquadramento feito pelas lideranças do movimento para sua posição em relação ao Estado, na medida em que tais enquadramentos têm implicações para a definição da identidade coletiva do movimento em um contexto diferenciado de governo de esquerda, historicamente aliado ao movimento. Pode-se concluir, pois que uma interpretação consistente da relação entre governos e movimentos sociais é mais complexa do que poderiam sugerir pólos de oposição tais como os comumente utilizados para tal: autonomia ou cooptação; oposição ou aliado; contra ou a favor; etc.

Bibliografia

- AARTS, Bas. BAUER, Martin. A construção do corpus: um princípio para coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- AUYERO, Javier. **La Protesta**: retratos de la beligerância popular em la Argentina democrática. Centro Cultural Rojas-UBA. Buenos Aires, 2002. Disponível em: <<http://www.sunysb.edu/sociology/?faculty/Auyero/auyero>> Acesso em: 02 Jun. 2007.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. **Medida provisória n.2183-56** de 04 de maio de 2000. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2183-56.htm> Acesso em: 04 dez. 2008
- Conflitos no Campo Brasil 2005, Goiânia: CPT, 2006
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social Movements**: an introduction. Malden: Blackwell, 1999.
- FERNANDES, B. M. O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil. **Observatorio Social de America Latina**, Buenos Aires, v. 2, 2000.
- FERNANDES, B; SILVA, A. M. Ocupações de Terra - 2000-2005: movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. **Conflitos no Campo no Brasil 2004**, Goiânia, v. 20, 2006.
- MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D. **Comparative perspective on social movements**: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge Univ Press, 1996.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de . As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil contemporâneo. **Nomadas**, Bogotá, v. 20, p. 210-219, 2004.

- MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes**: collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MISNEROVICZ, V. **Valdir Misnerovicz**. Depoimento [nov. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008
- **Observatorio Social de America Latina**. Cronologia del Conflicto, Buenos Aires, v. 1 a 18, 2000 a 2005
- RODRIGUES, I. **Inês Rodrigues**. Depoimento [set. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Porto Alegre: MST, 2008
- ROSA, Marcelo. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 47, n. 3, 2004.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande Sao Paulo(1970-80). 2. ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1995
- SANTOS, M. **Marina dos Santos**. Depoimento [dez. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Brasília: MST, 2008.
- SIGAUD, L. M. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Revista Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.
- SIGAUD, L. M.; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Enriquez. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 51, p. 107-142, 2008.
- SOUZA, J. L. V. **João Luis Vieira de Souza**. Depoimento [dez. 2008]. Entrevistadora: Penna, Camila. Brasília: MST, 2008
- TILLY, C. **Regimes and Repertoires**. Chicago: Chicago Press, 2006.
- ZALD, M. Culture, Ideoly, and strategic framing. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D. **Comparative perspective on social movements**: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge Univ Press, 1996.